



MINISTÉRIO
PÚBLICO
DE CONTAS
— ESTADO DO —
ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO TRIMESTRAL 2026

2º trimestre



www.mpc.es.gov.br

   @mpcespiritossanto

Rua José Alexandre Buaiz, 157
Enseada do Suá| Vitória-ES
2º andar

APRESENTAÇÃO

Este relatório traz um resumo das atividades específicas do Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo (MPC-ES) no 2º trimestre de 2026, bem como dados sobre o andamento dos processos de execução dos acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), cujo monitoramento está entre as atribuições deste órgão ministerial.

Aqui estão reunidas as informações relativas ao período de 1º de abril a 30 de junho de 2026, consolidadas pelo Núcleo de Comunicação do MPC-ES, a partir dos dados obtidos no sistema e-TCEES, encaminhados pela Secretaria do Ministério Público de Contas e pelas Procuradorias de Contas.

Portanto, apresentamos neste documento um resumo das atividades do Ministério Público de Contas nos meses de abril, maio e junho de 2026.

Luciano Vieira

Procurador-Geral

SUMÁRIO

1. Atividades de Controle Externo	4
1.1- Sessões Plenárias	4
1.2- Pareceres	4
1.3- Representações	4
1.4- Recursos	4
1.5– Recomendações	5
2. Execução de Acórdãos	6
3. Atividades Administrativas	7
3.1- Gestão de pessoas	7
4. Anexos	8
Anexo I – Representações	9
Anexo II – Recursos	10
Anexo III – Recomendações	11

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

1.1 SESSÕES PLENÁRIAS

Conforme determinação constante do inciso V, art. 3º, e do inciso II, art. 4º, ambos da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas fez-se presente nas 43 sessões realizadas no segundo trimestre de 2026 pelo Plenário, 1ª Câmara e 2ª Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), de modo virtual, presencial ou por meio de videoconferência.

O MPC-ES foi representado pelos seus três procuradores – Luciano Vieira, Luis Henrique Anastácio da Silva e Heron Carlos Gomes de Oliveira – com participação consoante previsão nas Portarias 001/2020 e 001/2024 da Procuradoria-Geral de Contas.

1.2 PARECERES

No 2º trimestre de 2026, foram distribuídos 3.678 processos ao MPC-ES, sendo emitidos 1.556 pareceres no período. Os processos submetidos à apreciação do MPC-ES foram distribuídos de maneira igualitária entre as Procuradorias, obedecidos os critérios de igualdade e vinculação, bem como o princípio do promotor natural.

1.3 REPRESENTAÇÕES

Conforme disposto no inciso I do Art. 3º da Lei Complementar 451/2008, compete aos procuradores de Contas promover a defesa da ordem jurídica, representando contra a ilegitimidade ou irregularidade de qualquer despesa. No 2º trimestre de 2026 foram protocolizadas quatro representações pelo MPC-ES, detalhada no **Anexo I**.

1.4 RECURSOS

O Ministério Público de Contas tem legitimidade para recorrer das decisões do TCE-ES, podendo interpor os recursos e requerer as revisões previstas em lei,

consoante disposto **no inciso III do Art. 3º da Lei Complementar 451/2008**. Ao longo do 2º trimestre de 2026, foram interpostos 20 recursos pelo MPC-ES, conforme descrito no **Quadro 1** abaixo e detalhado no **Anexo II**.

Quadro 1 - Recursos por Procuradoria

CLASSIFICAÇÃO	1ª PROCURADORIA	2ª PROCURADORIA	3ª PROCURADORIA	TOTAL
Embargos de Declaração	-	3	2	5
Pedido de Reexame	-	11	1	12
Recurso de Reconsideração	-	2	1	3
Total	-	16	4	20

1.5 RECOMENDAÇÕES

O Ministério Público de Contas expediu duas recomendações no 2º trimestre de 2026. A inobservância de uma recomendação pode ensejar a adoção de medidas protetivas do interesse público perante o Tribunal de Contas.

2. EXECUÇÃO DE ACÓRDÃOS

Conforme atribuição estabelecida no artigo 3º, inciso VII, da Lei Complementar 451/2008, o Ministério Público de Contas encaminha os títulos executivos emitidos pelo TCE-ES, por meio de ofício, a fim de que os órgãos competentes adotem as providências cabíveis para cobrança, judicial ou administrativa, de valores relativos às condenações sofridas na Corte de Contas.

No 2º trimestre de 2026, foram cadastradas no sistema de execução 11 novas cobranças, a partir de acórdãos expedidos pelo Tribunal de Contas e encaminhados pelo MPC-ES à Procuradoria-Geral do Estado, às Procuradorias dos municípios e aos órgãos de advocacia de empresas públicas, autarquias e fundações. As atividades de monitoramento e acompanhamento da execução das cobranças são exercidas pela Procuradoria-Geral do MPC-ES, em conjunto com a Secretaria do Ministério Público de Contas. Os dados sobre essas atividades estão no **Quadro 2**, abaixo:

Quadro 2 – Atividades de Monitoramento e Execução de Cobranças

ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO	2026 - 2º TRIMESTRE
Termos de atualização de valores a cobrar	11
Termos de verificação de valores pagos	54
Novas cobranças cadastradas no sistema de execução	11
Multas com recolhimento aos cofres públicos estaduais	R\$ 62.891,11
Ressarcimentos com recolhimento aos cofres públicos	R\$ 35.883,00
Total de multas e ressarcimentos recolhidos aos cofres públicos	R\$ 98.774,11

3. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

3.1 – GESTÃO DE PESSOAS

A estrutura operacional do Ministério Público de Contas contava, ao final do 2º trimestre de 2026, além dos três procuradores de Contas, com 24 servidores e três estagiários, assim distribuídos, conforme **Quadro 3**:

Quadro 3 – Distribuição de Pessoal no MPC-ES

SETOR	CARGO/ FUNÇÃO	QUANTIDADE
Procuradoria-Geral	Assessora de Comunicação	1
	Assessora de Controle Externo	1
	Estagiária de Nível Superior	2
Secretaria do MPC	Secretária-geral	1
	Assessor de Controle Externo	5
1ª Procuradoria	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	2
	Adjunto Operativo	1
2ª Procuradoria	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	2
3ª Procuradoria	Chefe de Gabinete	1
	Assessor de Nível Superior I	2
	Assessor de Nível Superior	2
	Estagiária de Nível Superior	1

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
2º Trimestre - 2026

ANEXOS

ANEXO I – Representações

ANEXO II – Recursos

ANEXO III - Recomendações

ANEXO I – REPRESENTAÇÕES

Primeira Procuradoria

PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE GESTORA	AUTUAÇÃO
<u>1673/2026</u>	Controle Externo - Fiscalização - Representação	CIM NORTE	24/04/2026

Segunda Procuradoria

PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE GESTORA	AUTUAÇÃO
<u>1671/2026</u>	Controle Externo - Fiscalização - Representação	PMMF	24/04/2026
<u>2705/2026</u>	Controle Externo - Fiscalização - Representação	DER-ES	25/06/2026

Terceira Procuradoria

PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE GESTORA	AUTUAÇÃO
<u>2450/2026</u>	Controle Externo - Fiscalização - Representação	CODEG	09/06/2026

ANEXO II – RECURSOS

Segunda Procuradoria

PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE GESTORA	AUTUAÇÃO
<u>1603/2026</u>	Pedido de Reexame	IPS	22/04/2026
<u>1604/2026</u>	Pedido de Reexame	IPAJM	22/04/2026
<u>1605/2026</u>	Recurso de Reconsideração	PMM	22/04/2026
<u>1606/2026</u>	Pedido de Reexame	IPJM	22/04/2026
<u>1746/2026</u>	Embargos de Declaração	PMI	30/04/2026
<u>1775/2026</u>	Pedido de Reexame	IPG – FP	05/05/2026
<u>1848/2026</u>	Embargos de Declaração	FMSNV	08/05/2026
<u>2020/2026</u>	Pedido de Reexame	IPAJM	15/05/2026
<u>2023/2026</u>	Pedido de Reexame	IPAJM	15/05/2026
<u>2025/2026</u>	Pedido de Reexame	IPAJM	15/05/2026
<u>2026/2026</u>	Pedido de Reexame	IPC	15/05/2026
<u>2032/2026</u>	Recurso de Reconsideração	PMSJC	15/05/2026
<u>2407/2026</u>	Pedido de Reexame	IPS	08/06/2026
<u>2683/2026</u>	Embargos de Declaração	FMSRB	24/06/2026
<u>2684/2026</u>	Pedido de Reexame	IPS/SMJ	24/06/2026
<u>2686/2026</u>	Pedido de Reexame	IPAMV	24/06/2026

Terceira Procuradoria

PROCESSO	CLASSIFICAÇÃO	UNIDADE GESTORA	AUTUAÇÃO
<u>1443/2026</u>	Embargos de Declaração	CESAN	07/04/2026
<u>1486/2026</u>	Embargos de Declaração	SEDU	09/04/2026
<u>2034/2026</u>	Recurso de Reconsideração	SEMOBI	15/05/2026
<u>2657/2026</u>	Pedido de Reexame	SEMOBI	23/06/2026

ANEXO III – RECOMENDAÇÕES

Segunda Procuradoria

NÚMERO	UNIDADE GESTORA	EXPEDIÇÃO
02/2026	Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco	29/04/2026

Terceira Procuradoria

NÚMERO	UNIDADE GESTORA	EXPEDIÇÃO
04/2026	Prefeitura Municipal de Conceição da Barra	24/04/2026